



Na Mídia

24/04/2025 | [Valor Econômico](#)

Cade aprova compra de empresa de hemodiálise

Decisão unânime contraria recomendação da área técnica do órgão, mas impõe restrições

Beatriz Olivon



Jose Levi: “Decisão afetará pacientes que dependem de diálise e que terão tratamentos ainda melhores” — Foto: Pedro França/Agência Senado

O Tribunal do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) aprovou, com algumas condições, a compra da Brasnephro, do grupo Fresenius Medical Care (FMC), pela DaVita.

As empresas atuam em hemodiálise, inclusive na prestação de serviços para o Sistema único de Saúde (SUS). A área técnica da autarquia havia sugerido a reprovação da operação pela concentração em algumas áreas, apontando para a possibilidade de afetar o custo do SUS com hemodíálises. A decisão foi unânime.

A operação aprovada pelo tribunal não é a mesma que foi analisada pela área técnica. Isso porque após a reprovação pela Superintendência Geral (SG), as empresas firmaram um Acordo em Controle de Concentração (ACC) com o tribunal para possibilitar a aprovação da operação. O instrumento é utilizado para destravar atos de concentração mais complexos por meio da negociação de restrições e remédios. Os termos do acordo não foram revelados pelo relator.

O conselheiro Gustavo Augusto comentou na sessão que uma parte central do desenho para destravar o negócio envolve desinvestimentos. O acordo prevê a divisão em dois pacotes: o primeiro com unidades em São Paulo, João Pessoa, Recife, no Distrito Federal e duas clínicas no Rio de Janeiro, que irão para um comprador. O segundo pacote tem quatro clínicas no Estado do Rio de Janeiro e precisa ser comprado por uma empresa diferente. “A situação posterior ao remédio [medida para diminuir o risco de concentração] é melhor que a situação atual”, afirmou o conselheiro.

“A decisão do Cade afetará pacientes que dependem de diálise e que, num mercado com maior concorrência, terão tratamentos ainda melhores”, afirmou o relator do caso, conselheiro José Levi.

Ainda não haveria comprador, mas a operação deverá ser monitorada por um trustee e seguir um procedimento estabelecido no acordo.

No cenário intra-hospitalar, para o Cade, não haveria problemas com a operação. São as situações em que os hospitais fazem licitações para contratar prestadores de serviço ou executam os serviços de diálise. A questão está nos serviços de diálise para pacientes crônicos, em que operadoras de planos de saúde ou o SUS credenciam clínicas privadas para atender seus beneficiários.

Por observar potencial concentração nesse serviço, a área técnica do órgão antitruste recomendou a reprovação da operação. Para a Superintendência Geral, haveria risco de concentração no atendimento a pacientes crônicos em João Pessoa, na região metropolitana do Recife, no Distrito Federal, em São Paulo e no Estado do Rio de Janeiro - na capital e em Niterói, Nova Iguaçu e São João de Meriti.

As concorrentes Nefrostar e Diaverum alegaram no caso que a DaVita vem realizando aquisições de concorrentes de forma sistemática e que a elevada participação de mercado depois da operação incrementaria seu poder de barganha junto a principais operadoras de planos de saúde e ao SUS, com eventual pressão para descredenciamento de concorrentes. Ainda segundo as alegações das empresas, cerca de 70% a 80% de pacientes que recebem tratamento de diálise crônica são custeados pelo SUS, que depende do credenciamento de clínicas privadas.

Já um dos advogados da DaVita, Daniel Andreoli, alegou na sessão que o repasse feito pelo SUS cobre 70% dos custos da diálise executada, o que é um problema muito maior para clínicas menores do que para a DaVita. O advogado ainda indicou a demora por parte do poder público em realizar reajustes. “Hoje mais de dez Estados fazem o complemento do pagamento da tabela SUS”, afirmou.

O relator, conselheiro José Levi, afirmou que a conclusão da Superintendência Geral foi correta perante os elementos que eles tinham, especialmente porque não houve naquele momento a apresentação de “remédios”, que seriam

restrições à operação para a aprovação. Após, a SG, houve a apresentação de remédios que foram, em grande medida dialogados não só com conselheiros do Cade, mas também com as respectivas assessorias, segundo Levi.

“Temos aqui um caso que exige todo o nosso cuidado. Tem múltiplas sutilezas, Uma coisa são os pacientes agudos, outra, os crônicos”, afirmou. O mercado é extremamente concentrado, segundo Levi, mas o que pautou o tribunal foi a compreensão de que o estado atual de coisas poderia ser melhorado com o ACC.